



## HISTORIAL DO MUSEU DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

O Museu de Polícia Judiciária foi mandado estabelecer pelo Decreto-Lei 41.306, de 02.10.1957, juntamente com a Escola da Polícia Judiciária e o Laboratório de Polícia Científica mas, ao contrário destes, não logrou concretizar-se.

Em contexto de reforma da administração pública, Decreto-Lei nº 42/2009, de 12 de Fevereiro, atribui à Escola da Polícia Judiciária competência para “Organizar e administrar o museu da PJ, assegurando a recolha, conservação, estudo e divulgação dos objectos que possuam interesse criminalístico, histórico, documental e museológico existentes na PJ e dos apreendidos que venham a ser declarados perdidos a favor do Estado”.

O actual projecto museológico do MPJ e respectiva direcção foram oficializados em Ordem de Serviço n.º 39, de 2 de Abril de 1993, da então Directoria Geral da Polícia Judiciária, documento que deu início à recolha de documentos e objectos nos pólos de Lisboa, Coimbra e Porto e à subsequente instalação do acervo museológico existente.

Não dispondo ainda de espaço expositivo, os três núcleos actualmente existentes do MPJ ocupam espaços provisórios na Escola de Polícia Judiciária, em Loures, convertidos em salas de arquivo e reserva visitáveis por marcação, para as quais foram estudadas e criadas condições ambientais adequadas à preservação dos diversos tipos de colecção.

Prevê-se que o MPJ venha a inaugurar as suas instalações definitivas em 2012, na R. Gomes Freire, em Lisboa, no espaço destinado à ampliação da Polícia Judiciária.

## OBJECTIVOS DO MUSEU DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

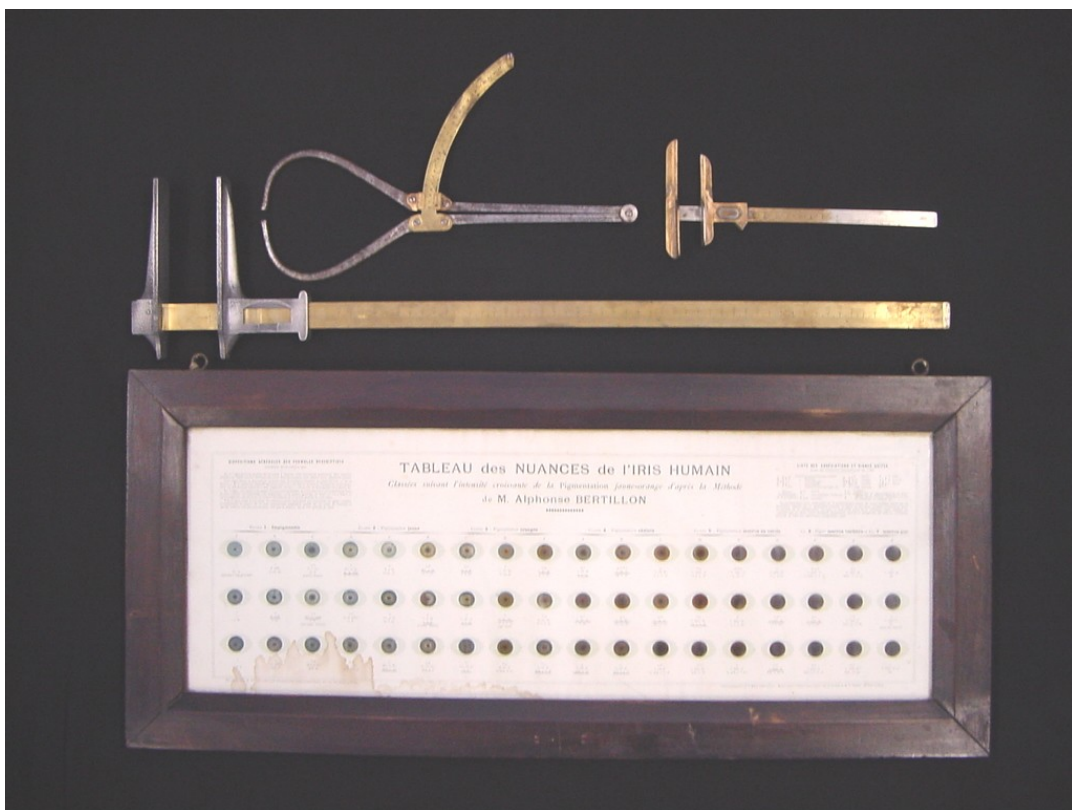
- Recolher, conservar, estudar e divulgar testemunhos da história da Polícia Judiciária e, antes de 1945, da Polícia de Investigação Criminal, perspectivando os avanços científicos e tecnológicos e contextualizando-os no quadro evolutivo do sistema de justiça criminal português.
- Reforçar a ligação entre a Polícia Judiciária, a comunidade e as instituições mediante a realização de campanhas, projectos de salvaguarda e acções de prevenção criminal, bem como a comunicação dos acervos arquivísticos tratados;
- Tratar a temática criminal de modo a possibilitar a abertura ao público em geral, incluindo o infantil (com excepção de uma área reservada a Operadores do Sistema de Justiça Criminal), desenvolvendo o potencial interactivo e lúdico desta perspectiva.
- Contribuir para credibilização da imagem interna e externa da instituição e sua eficiência junto dos cidadãos.

**NÚCLEO CENTRAL DO MUSEU**, constituído por cerca de 4.000 objectos recolhidos desde a década de 1990, divididos em 2 secções:

**I- Equipamento policial** obsoleto oriundo da Polícia Judiciária e da sua antecessora, a Polícia de Investigação Criminal



Cadeira metálica esmaltada de antropometria utilizada para mensurações e realização de fotografias probatórias, numa primeira fase de frente e perfil, e numa fase ulterior de frente, perfil e a três quartos



Instrumentos antropométricos utilizados pelos agentes da polícia criminal e tabela de nuances da íris ocular

### **Equipamento do Laboratório de Polícia Científica**

Criado em finais da década de 1950, o LPC concentrou um conjunto de competências especializadas anteriormente asseguradas nos laboratórios e gabinetes dos institutos de medicina legal. O primeiro espaço atribuído ao LPC foi o 5.º piso do novo edifício da Polícia Judiciária inaugurado em 1958, sob direcção científica do Prof. Alberto Ralha.

O Ministério da Justiça procurou equipar o LPC com as mais modernas tecnologias, num esforço de aproximação da Polícia Judiciária à competência das polícias criminais britânicas.



Equipamentos do LPC



Equipamentos provenientes do LPC

## Material de escutas



Gravador de bobines, marca Philips, utilizado pela Polícia Judiciária. Décadas de 1950-1960



Microfone inserido em relógio de pulso

## Material para Elaboração de Retratos Robot



Material obsoleto anterior à consagração da tecnologia informática



**II- Material criminal** apreendido ao longo do trabalho policial, nomeadamente armaria, pintura e moeda falsa, instrumentos de arrombamento, testemunhos do *modus operandi* criminal, material ligado a crimes famosos, arte sacra e azulejos furtados de origem não identificada. O período abrangido vai do princípio do século XX até aos nossos dias.

### Armas brancas e de fogo



Exemplares de diversa armaria apreendida em cenários ligados à prática de crimes, incluindo matracas, chicotes, bastões, punhais, armas de fogo, catanas e objectos de fábrica artesanal



Arma de fogo



Arma de fogo



Arma de fogo



## Terrorismo e Banditismo



Capuzes, pistola, metralhadora e pregos para perfuração de pneus usados pelos membros das FP 25 de Abril



Punhal usado no atentado ao Papa João Paulo II em Fátima, 1982, pelo padre espanhol Juan M.F. Krohn

**Contrafacção e falsificação de obras de arte**



Esboço de obra pictórica cubista apreendida



Imitação de uma obra de Cargaleiro, 1977



Recanto idílico associado ao nome do pintor José Malhoa



Imitação de uma obra de Carlos Botelho



### Contrafacção de moeda

Na cultura mediterrânea e ocidental o fabrico da moeda e do papel-moeda tem sido considerado monopólio dos líderes das cidades-estado, dos soberanos e, contemporaneamente, do próprio estado.

A falsificação de moeda, tradicionalmente considerada uma violação do poder de soberania, tem sido punida com penas muito severas. O rigor dos sistemas punitivos fez refinar o modus operandi empregue pelos contrafactores ao nível da qualidade do papel, do desenho gráfico, dos moldes, dos cunhos e prensas



Nota contrafeita de 50 euros



Falsificação de nota de 50 dólares dos EUA



Falsificação de nota de cem francos franceses

### **Obras de arte sacra furtadas recuperadas, de origem desconhecida**

O comércio lícito de antiguidades e o tráfico de obras de arte originais ou falsificadas ocupa um espaço bastante significativo no volume de negócios mundial.

No caso do furto e tráfico de obras de arte sacra, resposta à procura crescente é feita através da intromissão em templos e do furto de estatutária e peças em talha. Apesar dos esforços de inventariação desenvolvidos pela Igreja Católica e museus, todos os anos a Polícia Judiciária recebe queixas relativas ao desaparecimento de obras de arte sacra.

Apesar da especialização dos agentes, nem todas as obras recuperadas são reivindicadas pelos antigos detentores. Outras não comportam qualquer informação sobre a respectiva origem



Exemplo de uma escultura sacra em madeira entalhada, estofada e policromada com traços barrocos



Obra sacra da colecção dos apreendidos do Museu de Polícia Judiciária



Custódia para guarda e exposição de hóstia



### **Azulejos furtados e recuperados**

À semelhança das peças de arte sacra, os azulejos anteriores ao século XX são alvo da cobiça dos colecionadores, ocupando importante espaço no tráfico artístico.

Os países da Península Ibérica e da América do Sul contam-se entre os maiores produtores de azulejaria barroca, em palácios, mosteiros e igrejas.

Para prevenir os furtos de azulejos de época e de autor, o Museu de Polícia Judiciária tem desenvolvido acções de prevenção um pouco por todo o país.



Friso de azulejos aprendido



Amostra de uma moldura à base de motivos florais e vegetais

## PROJECTOS DE PREVENÇÃO CRIMINAL E PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

- criados e coordenados pelo Museu de Polícia Judiciária

PROJECTO SOS AZULEJO (a partir de 2007)  
consulte o respectivo site: [www.sosazulejo.com](http://www.sosazulejo.com)



PROJECTO IGREJA SEGURA-IGREJA ABERTA (a partir de 2003)  
consulte o respectivo site: [www.igrejasegura.com.pt](http://www.igrejasegura.com.pt)



